Docusign Envelope ID: 60D492B1-298F-8C95-801D-2B07FC080EDB

DEDINI S.A. EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

CNPJ: 67.541.961/0001-84

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9	11
Impostos a recuperar	6	654	720
Outros créditos	8	7.314	340
Total do ativo circulante		**7.977**	**1.071**
Não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Mútuo financeiro	7	123.723	116.535
Impostos a recuperar	6	-	147
Outros créditos	8	6.639	6.639
		130.362	123.321
Propriedades para investimento	9	133.742	134.662
Ativo imobilizado	10	48.957	51.320
Intangível		66	66
		182.765	186.048
Total do ativo não circulante		**313.127**	**309.369**
Total do ativo		**321.104**	**310.440**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	11	1.232	178
Impostos e contribuições a recolher	12	116.569	116.692
Parcelamento de impostos	13	12.175	11.739
Outros parcelamentos de impostos	14	6.417	5.965
Salários e férias a pagar		764	693
Outras contas a pagar	15	1.875	9
Total do passivo circulante		**139.032**	**135.276**
Não circulante			
Fornecedores	11	37	46
Parcelamento de impostos	13	5.167	5.603
Outros parcelamentos de impostos	14	2.597	2.267
Mútuo financeiro	7	203.650	176.787
Provisões	16	12.404	12.202
Passivos fiscais diferidos	17	62.528	63.585
Total do passivo não circulante		**286.383**	**260.490**
Patrimônio líquido	**18**		
Capital social		143.310	143.310
Reserva de reavaliação		82.873	82.968
Ajuste de avaliação patrimonial		113.990	115.946
Prejuízos acumulados		(444.484)	(427.550)
Total do patrimônio líquido		**(104.311)**	**(85.326)**
Total do passivo		**425.415**	**395.766**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**321.104**	**310.440**

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2025	2024
Receita	19	5.674	4.623
Custo operacionais	20	(4.161)	(11.458)
Lucro / (Prejuízo) bruto		**1.513**	**(6.835)**
Despesas administrativas	20	(541)	(619)
Outras (desp.) / receitas operacionais	21	(2.418)	(143.775)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(1.446)**	**(151.229)**
Receitas financeiras	22	7.192	309.146
Despesas financeiras	23	(25.788)	(91.865)
Financeiras líquidas		**(18.596)**	**217.281**
Resultado antes dos impostos		**(20.042)**	**66.052**
Imposto de renda e contrib. social dif.	17	1.057	3.432
Resultado do exercício		**(18.985)**	**69.484**

Demonstrações de resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	(18.985)	69.484
Resultado abrangente total	(18.985)	69.484

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**143.310**	**83.250**	**122.326**	**(629.612)**	**(280.726)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(282)	-	282	-
Realização do custo atribuído	-	-	(6.380)	6.380	-
Efeito do Acordo de Transação Individual PGFN - 2024	-	-	-	125.916	125.916
Resultado do exercício	-	-	-	69.484	69.484
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**143.310**	**82.968**	**115.946**	**(427.550)**	**(85.326)**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**143.310**	**82.968**	**115.946**	**(427.550)**	**(85.326)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(95)	-	95	-
Realização do custo atribuído	-	-	(1.956)	1.956	-
Resultado do exercício	-	-	-	(18.985)	(18.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**143.310**	**82.873**	**113.990**	**(444.484)**	**(104.311)**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 Método Indireto

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**(18.985)**	**69.484**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.283	10.637
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(11)
Baixa de créditos não realizáveis	-	11
Despesas financeiras líquidas	18.399	(217.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.057)	(3.432)
Constituição de provisão para contingências	202	203
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**1.842**	**(140.305)**
Redução (aumento) nos ativos		
Impostos a recuperar	213	(22)
Redução em partes relacionadas	1.569	67.042
Outros ativos	(6.978)	76.950
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.045	(29)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	370	(129.373)
Salários e férias a pagar	71	87
Adiantamento de clientes	-	(250)
Outras contas a pagar	1.866	(23)
Fluxo de caixa proveniente das ativid. operacionais	**(2)**	**(125.923)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de (aplicação em) aplicações financeiras	-	644
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**-**	**644**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de impostos federais com Prejuízo Fiscal e Base Negatica da CSLL	-	125.917
Financiamentos bancários pagos	-	(647)
Fluxo de caixa aplicado nas ativid. de financiamentos	**-**	**125.270**
(Redução) Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(2)	(9)
Demonstração do movimento no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11	20
No fim do exercício	9	11
(Redução) Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	**(2)**	**(9)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas ("DES" ou "Companhia") têm como principais objetivos operacionais: (a) a cessão de ativos intangíveis de sua propriedade, através da cobrança de "royalties"; e (b) o arrendamento de imóveis, máquinas e equipamentos industriais para a parte relacionada Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB"). Adicionalmente, a Sociedade tem como objeto social a industrialização de bens de capital, a elaboração e a execução de projetos, bem como sua comercialização no País ou no exterior e a prestação de serviços e locação de mão de obra. Em função da operação da Companhia concentrar-se exclusivamente na participação em sociedades coligadas, a mesma depende do êxito das medidas incluídas no plano de recuperação financeira e operacional, principalmente de sua parte relacionada Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") para a continuidade de suas operações. No exercício de 2025, o setor de bens de capital, representado pela indústria de máquinas e equipamentos, obteve receita líquida de R$ 299,0 bilhões e esse valor demonstra um crescimento de 7,3% em relação ao exercício de 2024, segundo a ABIMAQ. A pesquisa anual da ABIMAQ junto aos fabricantes de máquinas e equipamentos demonstrou intenção de investimentos para 2026 na ordem de R$ 10,0 bilhões, porém, em função dos altos juros praticados no país e do cenário de ano eleitoral, a previsão de crescimento nas vendas para o exercício de 2026 é de apenas 4% pois tal cenário afeta a compra de máquinas de maior porte e ao mesmo tempo afeta o crédito para pequenos negócios.

Recuperação Judicial

Em 15 de fevereiro de 2017, a Companhia obteve a homologação de seu Processo de Recuperação Judicial, na 2ª Vara Cível de Piracicaba-SP, dando continuidade ao Plano de Recuperação Judicial, ora aprovado na Assembléia Geral dos Credores no ano de 2016. Com isso a Companhia reduziu em até 50% as dívidas existentes junto aos Credores homologados no Plano de Recuperação. Além disto, até 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia liquidado cerca de 99% dos saldos trabalhistas em aberto, em conformidade ao regimento da Recuperação Judicial, bem como aprovação do Juiz responsável pelo acompanhamento da recuperação. Em junho de 2021 a Companhia, conforme definição do Meritíssimo Juiz responsável pela Recuperação Judicial, deixou de ser fiscalizada mensalmente pela sua "AJ - Administradora Judicial" em função de estar cumprindo regularmente, até esse momento, com as diretrizes definidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 31 de março de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas: As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 10 - Ativo imobilizado;
- Nota nº 16 - Provisões; e
- Nota nº 17 - Passivos fiscais diferidos.

3 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiro

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, mútuo financeiro e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes, mútuo financeiro e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b. Imobilizado e propriedades para investimento

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e propriedades para investimento são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado e propriedades para investimento são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado e propriedade para investimento. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado e propriedades para investimento. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado e propriedades para investimento têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado e propriedades para investimento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado e propriedades para investimento (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e propriedades para investimento), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente da propriedade é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia da propriedade para investimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado e propriedades para investimento são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado e propriedades para investimento são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações	20-49 anos
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1-20 anos
Benfeitorias em propr. de terceiros e outras imobilizações	2-25 anos
Móveis e utensílios	2-25 anos
Veículos	2-10 anos
Equipamentos de informática	1-17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

c. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

d. Ativos arrendados (leasing)

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h. Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(i) Receita de royalties

A receita de royalties decorre da utilização de ativos intangíveis de propriedade da Companhia para a parte relacionada DIB, calculada com base em percentual de faturamento dos equipamentos que se utilizaram destes ativos intangíveis por parte desta parte relacionada e é reconhecida no resultado no momento do faturamento por esta parte relacionada.

(ii) Receita de aluguéis

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e ajustes de desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, as quais levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

4 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Outros recebíveis, mútuo financeiro, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação; e
- Empréstimos e financiamentos e mútuo financeiro estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	9	11
	9	11

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo.

6 - Impostos a recuperar

	2025	2024
Ativo Circulante:		
IPI	181	181
ICMS	446	446
Outros	27	93
	654	720
Ativo não Circulante:		
IRRF retido na fonte	-	147
	654	867

7 - Partes relacionadas

a. Composição dos saldos - Operações com empresas relacionadas

	2025 Ativo não circ.	2025 Pas. não circ.	2024 Ativo não circ.	2024 Pas. não circ.
Companhia relacionada				
Dedini S.A. Indústrias de Base (i)	-	189.062	-	163.937
Companhia controladora				
Dedini S.A. Admin. e Participações	-	107	-	107
Companhias relacionadas:				
Dedini Refratários Ltda.	-	11.914	-	10.420
Codistil do Nordeste Ltda.	-	1.945	-	1.701
Denel Dedini Energia e Equip. Ltda	-	622	-	622
AD Participações Ltda. **(ii)**	30.494	-	28.722	-
Doado S.A. Participações **(ii)**	64.346	-	60.608	-
Nidar Participações Ltda. **(ii)**	28.883	-	27.205	-
	123.723	14.481	116.535	12.743
Total do circ. e não circulante	123.723	203.650	116.535	176.787

Os saldos a receber e a pagar entre as empresas relacionadas estão classificados de acordo com a expectativa de recebimento e liquidação da Administração da Companhia. Os principais saldos e operações entre as partes relacionadas têm a seguinte natureza e condições.

(i) Dedini S.A. Indústrias de Base: decorrente de adiantamento para compensação com saldo de Royalties a pagar e aluguéis de equipamentos, que vem sendo atualizado com juros que variam entre SELIC, TJLP e 100% da CDI. Tal saldo será liquidado com os seguintes valores: a) "royalties", advindos da utilização de ativos intangíveis de propriedade da DES. A remuneração acordada entre as partes foi calculada com base na aplicação do percentual de 0,5%, conforme contrato firmado e o cálculo é sobre a receita operacional líquida mensal da Companhia. O referido contrato é de caráter não exclusivo e por tempo indeterminado; e b) aluguel de máquinas e os equipamentos, edificações e móveis, são alugados para a Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, as receitas de aluguel das propriedades mencionadas totalizaram o montante de R$ 1.800 (R$ 1.800 em 2024). O referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a Companhia e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado;

(ii) AD Participações Ltda., Doado S.A. Participações e Nidar Participações Ltda.: refere-se acessão de créditos pela empresa Dedini International Trading, os saldos vem sendo atualizados pela TR + juros de 1% a.m.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas empresas relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

Transações da Sociedade	2025 Receita de aluguéis	2025 Receita de "royalties"	2025 Receita desp. financ.	2024 Receita de aluguéis	2024 Receita de "royalties"	2024 Receitas desp. financ.
Dedini S.A. Ind. de Base	1.800	4.450	(23.557)	1.800	3.294	(14.477)
Dedini Refrat. Ltda	-	-	(1.493)	-	-	(720)
Codistil do Nordeste Ltda	-	-	(244)	-	-	(174)
AD Particip. Ltda.	-	-	1.772	-	-	1.669
Doado S.A. Particip.	-	-	3.738	-	-	3.521
Nidar Particip. Ltda.	-	-	1.678	-	-	1.580
Total	1.800	4.450	(18.106)	1.800	3.294	(8.601)

8 - Outros créditos

	2025	2024
Ativo circulante		
Outros valores a receber	359	340
Parcelamento FGTS**(i)**	6.955	-
	7.314	340
Ativo não circulante		
Créditos Tributários Federais **(ii)**	6.639	6.639
	6.639	6.639
Total ativo circulante e não circulante	**13.953**	**6.979**

(i) Valor referente ao adiantamento pago no exercício de 2025 para a Caixa Econômica Federal referente ao parcelamento de FGTS que ocorrerá no exercício de 2026.

(ii) O saldo no montante de R$ 6.639 refere-se a crédito federal o qual a companhia aguarda decisão judicial de processo em andamento para poder efetivamente utilizá-lo para abater passivos federais.

9 Propriedades para investimentos

a. Custo

	2025 Saldo em 31/12/2024	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2025
Edificações	55.129	-	-	-	55.129
Terrenos	93.253	-	-	-	93.253
	148.382	-	-	-	148.382

	2024 Saldo em 31/12/2023	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024
Edificações	55.129	-	-	-	55.129
Terrenos	93.253	-	-	-	93.253
	148.382	-	-	-	148.382

b. Depreciação

	2025 Saldo em 31/12/2024	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2025
Edificações	(13.720)	(920)	-	-	(14.640)
	(13.720)	(920)	-	-	(14.640)

	2024 Saldo em 31/12/2023	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024
Edificações	(12.801)	(919)	-	-	(13.720)
	(12.801)	(919)	-	-	(13.720)

c. Valor contábil líquido

	2025 Custo	2025 Deprec.	2025 Líquido	2024 Custo	2024 Deprec.	2024 Líquido
Edificações	55.129	(14.640)	40.489	55.129	(13.720)	41.409
Terrenos	93.253	-	93.253	93.253	-	93.253
	148.382	(14.640)	133.742	148.382	(13.720)	134.662

10 - Ativo imobilizado

a. Custo

	2025 Saldo em 31/12/2024	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2025
Máquinas, equip. e instal. indust.	252.387	-	-	-	252.387
Benfeit. em propr. próp.e outras imob.	11.133	-	-	-	11.133
Móveis e utensílios	3.867	-	-	-	3.867
Veículos	1.466	-	-	-	1.466
Equip. de inform.	887	-	-	-	887
	269.740	-	-	-	269.740

	2024 Saldo em 31/12/2023	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024
Máquinas, equip. e instal. indust.	252.387	-	-	-	252.387
Benfeit. em propr. de terc.e outras imob.	11.133	-	-	-	11.133
Móveis e utensílios	3.867	-	-	-	3.867
Veículos	1.466	-	-	-	1.466
Equipam. de inf.	887	-	-	-	887
	269.740	-	-	-	269.740

b. Depreciação

	2025 Saldo em 31/12/2024	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2025
Máquinas, equip. e instal. indust.	(201.090)	(2.358)	-	-	(203.448)
Benf. em prop. de terc. e outras imobil.	(11.128)	-	-	-	(11.128)
Móveis e utens.	(3.850)	(5)	-	-	(3.855)
Veículos	(1.466)	-	-	-	(1.466)
Equipam. de inf.	(886)	-	-	-	(886)
	(218.420)	(2.363)	-	-	(220.783)

	2024 Saldo em 31/12/2023	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024
Máquinas, equip. e instal. indust.	(191.379)	(9.711)	-	-	(201.090)
Benf. em prop. de terc. e outras imobil.	(11.128)	-	-	-	(11.128)
Móveis e utensílios	(3.843)	(7)	-	-	(3.850)
Veículos	(1.466)	-	-	-	(1.466)
Equip. de inform.	(886)	-	-	-	(886)
	(208.702)	(9.718)	-	-	(218.420)

c. Valor contábil líquido

	2025 Custo	2025 Deprec.	2025 Líquido	2024 Custo	2024 Deprec.	2024 Líquido
Máquinas, equipam e inst. indus.	252.387	(203.448)	48.939	252.387	(201.090)	51.297
Benf. em prop. de terc. e outras imob.	11.133	(11.128)	5	11.133	(11.128)

Docusign Envelope ID: 60D492B1-298F-8C95-801D-2B07FC080EDB

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa A Tribuna Piracicabana em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *http://publicidadelegal.atribunapiracicabana.com.br*